

signos geográficos

Boletim NEPEG de Ensino de Geografia

ISSN: 2675-1526

www.revistas.ufg.br/signos

A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA NA ESCOLA PRIMÁRIA DO PIAUÍ (1927-1950)

THE GEOGRAPHICAL EDUCATION IN THE PRIMARY SCHOOL OF PIAUÍ (1927-1950)

EDUCACIÓN GEOGRÁFICA EN LA ESCUELA PRIMARIA DE PIAUÍ (1927-1950)

Maria do Socorro Pereira de Sousa Andrade Socorro Andrade
Universidade Federal do Piauí, Piauí, Brasil
andradesocorro753@gmail.com

Resumo: Discutimos no presente texto um estudo sobre a educação geográfica na Escola Primária do Piauí, cujo objetivo consistiu em compreender a trajetória histórica dessa matéria escolar no referido nível de ensino entre os anos 1927-1950. O estudo tem embasamento nas proposições de André Chervel (1990) em interface com Ivor Goodson (1990) com abordagem da História das Disciplinas Escolares como campo historiográfico. Refletimos sobre alguns aspectos relativos às finalidades do ensino de Geografia na Escola Primária piauiense segundo a legislação educacional e o Programa de Ensino Primário adotado no período, destacando o currículo e os modelos pedagógicos prescritos por meio desses instrumentos legais. Os resultados demonstraram que, apesar da legislação educacional preconizar a formação do espírito patriótico e nacionalista na educação geográfica dos pequenos estudantes piauienses e da prescrição do método intuitivo considerado moderno para a época, mantinha-se um ensino com abordagem tradicional, enfatizando a enumeração e a descrição das riquezas naturais, a localização dos fenômenos e a memorização dos conteúdos estudados.

Palavras-chave: educação geográfica, Escola Primária do Piauí, finalidades da Geografia.

Abstract: It is discussed in the present text a study about the geographical education in the primary school of Piauí, whose aim consisted in comprehend the historical path of this school subject in the referred teaching level between the years of 1927-1950. The study has foundation in the propositions of André Chervel (1990) in connection with Ivor Goodson (1990) with the School Subjects History approach as a historiographic field. It was reflected about some aspects related to the teaching purpose of Geography in the Primary School of Piauí according to the educational legislation and the Primary Teaching Program adopted in the period, highlighting the curriculum and the pedagogical models prescribed through these legal instruments. The results demonstrated that, despite the educational legislation indicating the formation of the patriotic and nationalist spirit in the geographical education of the little students from Piauí and the prescription of the intuitive method considered modern for the time, it was maintained a traditional teaching approach, emphasizing the enumeration and the description of natural wealth, the phenomena locations and the memorization of the content studied.

Key words: geographical education, Primary School of Piauí, purposes of Geography

Resumen: Discutimos en este texto un estudio sobre educación geográfica en la Escuela Primaria de Piauí, cuyo objetivo era comprender la trayectoria histórica de esta asignatura escolar en el nivel de educación referido entre los años 1927-1950. El estudio se basa en las proposiciones de André Chervel (1990) en interfaz con Ivor Goodson (1990) con un enfoque de la Historia de las Asignaturas Escolares como un campo historiográfico. Reflexionamos sobre algunos aspectos relacionados con los propósitos de la enseñanza de Geografía en la Escuela Primaria de Piauí, de acuerdo con la legislación educativa y el Programa de Educación Primaria adoptado en el período, destacando el currículo y los modelos pedagógicos prescritos a través de estos instrumentos legales. De los resultados se depende que, a pesar de la legislación educativa recomendar la formación del espíritu patriótico y nacionalista en la educación geográfica de los pequeños estudiantes de Piauí y de la prescripción del método intuitivo considerado moderno para la época, se mantuvo la enseñanza con un enfoque tradicional, enfatizando la enumeración y descripción de las riquezas naturales, la ubicación de los fenómenos y la memorización de los contenidos estudiados.

Palabras-clave: educación geográfica, escuela primaria de Piauí, propósitos de la geografía.

Introdução

Atualmente é possível constatar que a Geografia tem sido pouco ensinada nas escolas públicas de Ensino Fundamental em Teresina, capital do Piauí, em decorrência da secundarização do ensino dessa matéria escolar nas referidas escolas. Isto porque o horário e os conteúdos destinados a essa prática educativa geralmente são utilizados para ensinar os conteúdos das disciplinas Língua Portuguesa e Matemática como forma de treinamento das crianças para as avaliações externas, ou seja, para as avaliações que servirão ao Índice de Desenvolvimento da educação Básica (IDEB).

Diante desse problema, entendemos que seria de suma importância conhecer melhor as especificidades da prática educativa no ensino de Geografia nos primeiros anos de escolarização da população piauiense ao longo de sua história. Sobretudo, para que se possa compreender a constituição e o funcionamento do ensino de Geografia na Escola Primária do Estado a partir dos seus conteúdos e de suas finalidades, dos instrumentos de ensino, das tendências pedagógicas, dos procedimentos didáticos adotados nesse nível de ensino e, principalmente, dos sujeitos envolvidos na produção da Geografia. Para tanto, buscamos desvendar esses aspectos por meio da pesquisa desenvolvida no doutorado que nos levou a escrever sobre a história da Geografia no ensino primário nos grupos escolares do Piauí no período compreendido entre 1927 a 1961.

Neste texto apresentamos os resultados da pesquisa, destacando as finalidades do ensino de Geografia na Escola Primária piauiense segundo a legislação educacional correspondente à primeira etapa do recorte temporal da nossa investigação (1927 a 1950), o currículo e os

modelos pedagógicos prescritos por meio do Programa de Ensino Primário (PIAUI, 1927) adotado neste período. Tal Programa foi adotado em 1927 vigorando até a Reforma Educacional de 1947, mais precisamente até 1950, quando foi adotado oficialmente um novo programa de ensino. Trata-se de uma investigação que nos traz uma ideia da história da Geografia Escolar no Piauí, possibilitando assim um melhor entendimento dos problemas atuais dessa matéria por meio de uma visão histórica do ensino dos seus conteúdos.

Para a análise das discussões aqui apresentadas utilizamos as contribuições teóricas de Goodson (1991), Chervel (1990) e Bittencourt (2003) no que compete à abordagem teórico-metodológica da pesquisa referente à História das Disciplinas Escolares, dentre outros autores especialistas da área do ensino de Geografia a exemplo de Evangelista et al. (2010), Ribeiro (2011), Vlach (1988), Tonini (2006) e Delgado de Carvalho (1957).

Na estrutura deste texto abordamos inicialmente uma contextualização acerca da terminologia matéria escolar adotada para definir a Geografia ensinada na Escola Primária do Piauí, bem como um breve histórico acerca da institucionalização da Geografia. Posteriormente apresentamos reflexões sobre a história do ensino de Geografia na referida escola destacando as finalidades inscritas por meio do ensino prescrito na legislação educacional e no Programa de Ensino adotado no período em estudo. Finalizamos com os resultados da investigação que demonstram as finalidades reais desse ensino, ou seja, o que realmente era praticado nas salas de aula pelos professores ao ensinar a Geografia na Educação Primária do Estado do Piauí.

A Geografia como matéria escolar

Em nosso estudo denominamos a disciplina de Geografia como “matéria escolar”, por nos apoiarmos em Goodson (1990), visto que foram as formulações teóricas desse autor que nortearam nossas reflexões ao analisarmos a história da Geografia na Escola Primária do Piauí e o contexto de sua entrada no currículo escolar. Segundo Goodson (1990, p. 234), quando se realiza uma análise atenta das matérias escolares é possível perceber “[...] uma série de paradoxos inexplicados” como, por exemplo, os diferentes contextos em que se desenvolvem processos de produção do conhecimento. Por isso, ele ressalta a importância de estabelecer a diferença entre o contexto escolar e o contexto universitário, sugerindo a consideração de problemas mais amplos de motivação do aluno, de capacidade e de controle inerentes a cada universo educacional.

Nesse sentido, no que se refere aos contextos escolar e universitário, o autor em questão diferencia o termo matéria escolar de disciplina (escolar), comumente empregado por nós como Signos Geográficos, Goiânia-GO, V.2, 2020.

sinônimos. Para ele o termo disciplina é entendido como uma forma de conhecimento que se constrói a partir de uma tradição acadêmica. No entanto, a origem de uma matéria escolar, de maneira geral, não deriva de uma “disciplina” acadêmica¹, representando comunidades autônomas, como é o caso da Geografia. A literatura da área de Geografia informa que a história dessa disciplina como ciência é posterior à história da mesma como matéria escolar. Torna-se indispensável, portanto, para compreensão das reflexões aqui empreendidas, esclarecer essas “Geografias”, embora de forma sucinta.

Etimologicamente o nome "Geografia" deriva do grego *geographía* que significa "descrição da Terra", sendo, portanto, composto pelos seguintes radicais: *geo* (Terra) mais *graphein* (descrever). De acordo com Tonini (2006 p. 18), no período que antecede o final do século XIX, quando a Geografia passou a ser vista como ciência, "[...] denominavam-se de Geografia os estudos que abrangessem os fenômenos que interferiam e aconteciam na superfície terrestre". A autora ressalta que nos estudos que realizou não encontrou registros sobre uma data oficial para a utilização dessa terminologia, nem tampouco como matéria escolar. Porém, em alguns livros do século XVIII percebe-se a presença da mesma, quando ela “[...] aparece como matéria nas universidades e nas escolas [...]; em outros, como parte dos conteúdos de um outro campo disciplinar (Antiguidade), espalhados nos mais diversos campos do conhecimento: Astronomia, Cartografia, matemática, etc.”.

Segundo Delgado de Carvalho (1957), o ensino sistematizado e formal de Geografia é relativamente novo. “Desde a Antiguidade a Astronomia, Cosmografia e a História Natural se encarregavam de desenvolver observações práticas da natureza geográfica”. Dessa forma, ressalta que “com as viagens, na Antiguidade, com os descobrimentos, no começo da Idade Moderna, a Geografia recebeu poderosos impulsos” (CARVALHO, 1957, p. 34). Isto porque os descobrimentos decorrentes do progresso das Grandes Navegações possibilitaram um renascimento dos estudos geográficos, posto que a percepção da posição ou do lugar pelo indivíduo se constituía como entendimento essencial. Assim, à medida que o conhecimento do mundo se ampliava, também se ampliavam a necessidade e a divulgação desses conhecimentos.

Para Carvalho (1957), tanto a Geografia da Antiguidade como a Geografia da Modernidade, destacavam apenas a mensuração das coisas relativamente fixas como, por exemplo, o relevo. Entretanto, ao citar Isaiah Bowman (1934), o autor apresenta outra possibilidade para a Geografia relacionada ao conceito do homem como agente construtivo e como agente destrutivo, mudando assim a visão que se tem dos fenômenos espaciais geralmente

¹ Para maior compreensão sobre essa discussão ler Goodson (1990), Bettencourt (2003) e Chervel (1990).

considerados como fixos. Defende, assim, a ideia de que na civilização contemporânea, os cursos colegiais “[...] representam a necessidade de uma constante e sempre mais generalizada síntese dos conhecimentos. Ao iniciar todo e qualquer inquérito sobre a humanidade, é necessário ver as relações que ligam o Homem a seu meio” (CARVALHO, 1957, p. 37). Com isso, apresenta o sentido da evolução da ciência geográfica, bem como de seu ensino.

No século XVIII surgiram os primeiros compêndios escolares que se destinavam à simples e ingênua memorização de fatos, algumas noções de curiosidade, além de algumas perguntas e repostas. Mas foi o século XIX que, na realidade, marcou “[...] a entrada da Geografia no ensino e sua evolução como disciplina primária e secundária, e bem assim a sua penetração no ensino universitário. Coube à Alemanha dar os passos decisivos no estudo da Geografia de tipo moderno” (CARVALHO, 1957, p. 39).

Tanto na Alemanha quanto na França, posteriormente, “[...] a Geografia se apresentava com um valor inigualável de prestadora de serviços patrióticos para o Estado-Nação [...]. Assim, a Geografia começou a ser ensinada na escola porque era útil à classe dominante naquele momento histórico” (MELO; VLACH; SAMPAIO, 2006, p. 2684). Nesse contexto, a Geografia cumpria uma função patriótica. É, portanto, na Alemanha, que a Geografia se constitui como campo de conhecimento, contribuindo para que, no final do século XVIII, ocorresse a sistematização dessa matéria como disciplina² por Humboldt (1769-1859) e Ritter (1779-1859), conhecidos como os fundadores da Geografia como ciência chegando “[...] à universidade com a incumbência de formar professores para lecioná-la” (MELO; VLACH; SAMPAIO, 2006, p. 2684).

No Brasil, percebemos a existência de traços comuns em relação aos países europeus, posto que a história da Geografia como matéria da Escola Primária também se desenvolveu com a finalidade de inculcar o nacionalismo patriótico, não tão carregado de valores militares como ocorreu na Alemanha, nem tampouco nas mesmas condições históricas de produção da escolarização da população alemã (VLACH, 1988; RIBEIRO, 2000). A Geografia constava nos currículos das Escolas das Primeiras Letras sendo abordada em temáticas dos textos de leitura, passando também a constar no currículo escolar do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, desde a sua fundação, em 1837.

No contexto da nossa investigação, para compreendermos historicamente o caráter da Geografia ensinada na Escola Primária do Piauí, construímos conhecimentos acerca da constituição e do funcionamento da Geografia nessa escola a partir dos seus conteúdos e de

² Forma de conhecimento que se constrói a partir de uma tradição acadêmica segundo Goodson (1990).
Signos Geográficos, Goiânia-GO, V.2, 2020.

suas finalidades, dos instrumentos de ensino, das tendências pedagógicas, dos procedimentos didáticos nela adotados e, principalmente, dos sujeitos envolvidos na produção desta matéria escolar.

As finalidades da educação geográfica no Ensino Primário do Piauí segundo a legislação educacional (1927-1950)

Segundo Goodson (1997) a legislação se constitui como uma prática ordenadora das relações sociais revelando por meio dos saberes e disciplinas incluídos no programa escolar, os determinantes sociais e políticos que orientaram a construção do currículo. A Educação Primária piauiense no ano de 1927 era normatizada pela Reforma Educacional instituída pelo Decreto nº 434 de 19 de abril de 1910 (PIAUÍ, 1910), que atribuía a essa escola a finalidade de formar na criança comportamentos de civilidade e de patriotismo. Com base nesta finalidade, o ensino de Geografia deveria ser útil para despertar na criança o sentimento cível, provavelmente por meio de explicações sumárias sobre a organização política do Brasil, do Piauí e seus municípios, do amor à Pátria, desenvolvendo assim o sentimento de patriotismo e nacionalidade.

Posteriormente, com a Reforma Educacional de 1933, a Educação Primária passou a ter como finalidade primeira preparar eficientemente os educandos para “[...] participar da vida social, com uma função qualquer, contanto que economicamente produtiva” (PIAUÍ, 1933). Porém, permanecendo o que fora instituído como finalidade na legislação de 1910 em relação ao conhecimento da organização política do Brasil, do Piauí e de seus municípios, bem como ao sentimento de patriotismo e nacionalidade.

São finalidades que reportam às apropriações dos princípios escolanovistas pelos reformadores da educação piauienses, visto que, segundo Souza (2009, p. 169), a proposição pedagógica da Escola Nova “[...] tinha como horizonte a regeneração da sociedade brasileira e a transformação do país, relação estabelecida por meio de temáticas relativas à educação e formação da nacionalidade”. Entretanto, a finalidade de formar na criança sentimentos cívicos e patrióticos, tendo a nação e a pátria como princípios norteadores do ensino de Geografia na Escola Primária, não estava explícita na legislação nem no programa de ensino adotado, contribuindo para cumprir esta finalidade a abordagem dos conteúdos de outras disciplinas como é o caso da História e da Instrução Moral e Cívica, não especificamente dos conteúdos de Geografia. Segundo Almeida Júnior (1959), essa era uma das finalidades atribuídas à escola

que tinha o dever de sensibilizar o interesse da criança e despertar nela ideias de civismo, não somente à Geografia.

Em síntese, de 1927, primeiras décadas do período republicano, a 1947, podemos supor que as diretrizes estabelecidas para o ensino de Geografia na Escola Primária piauiense pelas reformas educacionais se baseavam em pressupostos que defendiam a perspectiva nacionalista. É clara a finalidade do Ensino Primário a partir da legislação educacional piauiense ao preconizar a importância de primar, em todos os momentos, pelo sentimento de unidade nacional por meio das noções de patriotismo. Nessa perspectiva, o ensino dos conteúdos de Geografia deveria ser útil para fabricar a identidade nacional como um saber patriótico. Acrescente-se a isso a finalidade destinada à formação da classe trabalhadora, sendo legalmente articulada às escolas de aprendizagem técnicos-profissionais para qualificar, minimamente a mão-de-obra.

São ideias escolanovistas que reforçam o fortalecimento do nacionalismo patriótico diante das expectativas de melhoria das condições econômicas do país na época. Conforme Evangelista et al. (2010), a Geografia Escolar tornava-se uma disciplina estratégica para inculcar cada vez mais na educação das crianças o sentimento patriótico, intenção comum que podemos observar na definição das finalidades do Ensino Primário em cada reforma educacional, de 1910 a 1947. Porém, isso não foi confirmado na prática escolar das escolas piauienses a partir da Geografia, posto que o ensino dessa matéria se limitava à descrição dos acidentes geográficos e à memorização de nomenclaturas de países, estados e capitais.

Importa entender que a cada época, a escola se coloca a serviço de diferentes finalidades que dão a essa escola um caráter educativo. Assim, para analisarmos a finalidade de uma disciplina escolar é preciso ter em mente que o conteúdo central da história de qualquer disciplina é a história dos conteúdos a serem ensinados, tendo como objetivo de estudo compreender a relação entre as finalidades que originam cada disciplina e os resultados concretos a que elas chegam. Assim, neste estudo, torna-se importante diferenciar *as finalidades inscritas das finalidades reais* (CHERVEL, 1990).

Isto posto, direcionamos a discussão para os conhecimentos geográficos que deveriam estar presentes na Educação Primária piauiense por meio das prescrições constantes no programa de ensino adotado nesse período.

As finalidades da educação geográfica no Ensino Primário do Piauí segundo o Programa de Ensino Primário: o currículo e os modelos pedagógicos (1927-1950)

Como o objetivo maior da nossa investigação se constituiu em analisar o caráter do ensino de Geografia prescrito para ser praticado nas Escolas Primárias do Piauí entre os anos de 1927 a 1961, optamos, inicialmente, pela análise do Programa de Ensino Primário (PIAUÍ, 1927) implantado em 1927 pelo reformador da escola parnaibana, o educador paulista Luis Galhanone, e adotado pelo Departamento da Instrução Pública do Piauí, em 1928, para o ensino em todo o Estado. Esse programa vigorou até a Reforma Educacional de 1947, mais precisamente até 1950, quando fora adotado oficialmente um novo programa de ensino.

O referido programa de ensino era uma cópia do programa adotado na Escola Primária de São Paulo publicado no ano de 1925. A partir desse referencial curricular procuramos conhecer os modelos pedagógicos e os conteúdos que eram propostos para os professores primários trabalharem a Geografia a partir do ano de 1928, quando esse programa de ensino foi adotado oficialmente para toda a Escola Primária do Piauí. Dessa forma, o propósito foi compreender as *estratégias* (CERTEAU, 1998) de determinação de metodologias e de saberes propostos ao professor primário no período.

O programa de ensino primário em análise prescrevia a utilização do método intuitivo, valorizando-se, portanto, os exercícios práticos de reconhecida utilidade com recursos que proporcionassem comparações e/ou analogias facilitadoras da memorização de dados numéricos referentes à Geografia Econômica e Política. Delgado de Carvalho (1925, p. 59) destaca o referido método como um moderno método de ensino que “[...] consiste, essencialmente, na explicação de cada coisa e, sempre que é possível, na vista desta coisa”. De tal forma o ensino de Geografia deveria se desenvolver a partir da criação de salas-ambiente para que os alunos tivessem contato direto com os mapas, rochas e quadros. Além disso, esse ensino deveria também ensinar a observação da paisagem mediante a valorização de excursões e de trabalhos de campo, o uso de mapas e outras representações gráficas que poderiam ser utilizadas para enriquecer o ensino desta matéria escolar.

Tratava-se de um programa de ensino enciclopédico, com conteúdo vasto para ser trabalhado na perspectiva pedagógica prescrita para o Ensino Primário. Enfim, o Programa de Ensino Primário (PIAUÍ, 1927) adotado nas Escolas Primárias do Piauí a partir de 1928, apesar de contestar um ensino memorístico, prescrevia o estudo de conteúdos que se limitavam à localização espacial dos objetos, fatos e fenômenos geográficos e à sua descrição, caracterizando-se dessa forma como abordagens pedagógicas tradicionais, contrariando, assim, os anseios de modernização da Educação Primária pelos legisladores educacionais piauienses do período.

Nessa perspectiva metodológica, o ensino de Geografia prescrito para o *primeiro ano* deveria iniciar por meio de palestras com os alunos e a observação direta dos espaços vivenciados, desde os objetos presentes na sala de aula à posição relativa entre eles, à observação do prédio da escola em relação à rua e ao bairro; à observação de percursos como o caminho de casa à escola, das características das estações buscando perceber a transformação da paisagem durante o ano, destacando-se dessa forma os fenômenos atmosféricos como chuvas, nuvens, neblina, geada, etc. Ele deveria também levar à observação de acidentes geográficos que pudessem ser vistos da escola ou em “quadros” que ilustrassem aspectos da paisagem. A percepção desses elementos espaciais poderia ser representada por meio de modelação em massa plástica ou no “tabuleiro de areia”, ou mesmo no pátio da escola durante o recreio.

Além disso, para ampliar a escala de observação dos fenômenos geográficos que não poderiam ser percebidos pela observação direta, no programa de ensino recomendava-se a leitura de narrativas de viagem e de gravuras que representassem aspectos característicos da vida em diferentes regiões do Globo. Como sugestão, o programa apresenta a leitura de narrativas como as “Aventuras de Robson Crusoé”, por exemplo. Conforme análise da referida obra percebemos que alguns trechos dessa narrativa possibilitam o trabalho dos conteúdos geográficos no que se refere aos aspectos climáticos, acidentes geográficos, hidrografia, estações do ano, o reconhecimento dos diferentes países do planeta, dentre outros.

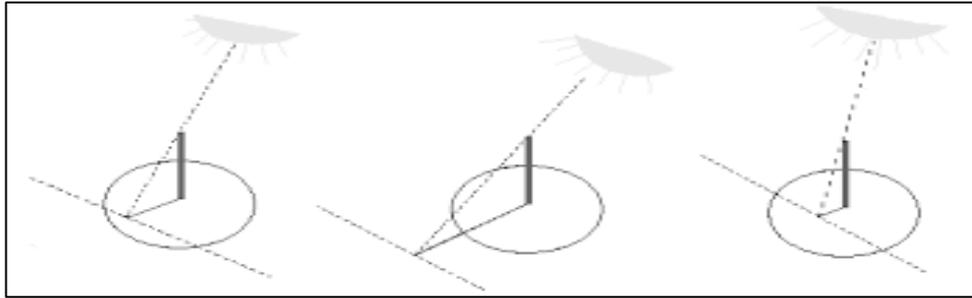
Segundo Delgado de Carvalho (1925, p. 51), o intuito das “palestras” iniciais sobre o assunto da aula, prescritas nos programas curriculares da época, seria tranquilizar o aluno no que diz respeito à Geografia. Mas sem a preocupação de dar-lhe uma definição, posto que este seria um serviço “[...] prestado pelo método concêntrico o de só definir os objetos quando já são conhecidos os elementos que o compõem”. Isso demonstra, segundo o autor, que ao se realizar esse estudo na “aula de Geografia”, o aluno passa a compreender que a Geografia “[...] já é coisa familiar, é apenas um nome dado a coisa que já conhece”.

Em relação às orientações destinadas à observação de percursos como o caminho de casa à escola, Carvalho (1925, p. 51) explica que esta atividade se constitui na Geografia prática do pequeno viajante que é o aluno. Deveria o professor insistir “[...] com proveito sobre esta noção simples de viajante, de viagem, de viajar de um ponto a outro”. Assim, o princípio geográfico da “localização” se daria por meio de processos simples de orientação como os que foram descritas anteriormente.

A aprendizagem relativa à medição do tempo, segundo o programa de ensino, seria possibilitada pelo conhecimento do quadrante solar, conhecido entre nós como “relógio de sol”.

Trata-se de um instrumento primitivo e de construção fácil em que se mede o tempo pelo movimento da sombra que uma varinha, iluminada pelo Sol, projeta sobre uma superfície plana. (Ver Figura 1). Essa orientação encontra justificativa na afirmação de Delgado de Carvalho (1925, p. 51) ao ressaltar que “o sol é fator vital que condiciona tudo em Geografia”.

Figura 1 - Quadrante Solar.



Fonte: acervodigital.unesp.br.

Os conteúdos de Geografia a serem ensinados no *primeiro ano* estavam, portanto, relacionados ao princípio de localização geográfica que leva à compreensão da posição particular de um determinado objeto na superfície terrestre. Segundo referenciais da Geografia Escolar, essa localização pode ser absoluta - definida por um sistema de coordenadas geográficas - ou relativa - expressa por meio de relações espaciais topológicas ou por interações espaciais, porém não se explicita dessa forma nas orientações presentes no referido programa de ensino.

Em relação ao *segundo ano*, a metodologia prescrita destacava o estudo dos acidentes geográficos por meio de atividades cartográficas como as representações dos espaços estudados que podiam ser feitas no “tabuleiro de areia” e por meio de um mapa denominado “Iniciação Geográfica”. A partir desse estudo, o aluno deveria aprender a esboçar mapas e as convenções cartográficas; a representação da sala de aula, do prédio escolar e a localizar os pontos cardeais. Prescrevia também o estudo da planta da cidade em que está situada a escola, procurando destacar o contorno da zona urbana e a localização dos principais bairros da cidade. Ampliando a escala de abordagem espacial, a representação cartográfica do espaço vivido pelos alunos indicava o traçado do mapa do Estado do Piauí, limitando-se ao desenho de sua configuração perimétrica, ou seja, os seus contornos limítrofes, a localização da capital e da cidade em que se achava a escola.

Teoricamente essa orientação estaria de acordo com orientações de Delgado de Carvalho (1925) ao ressaltar que no trabalho com as primeiras ideias de orientação, como a posição dos

objetos na sala de aula, por exemplo, o aluno deveria compreender que estariam aperfeiçoando os métodos que ele já conhece para reconhecer essa posição. Para Carvalho (1925, p. 52), o aluno deveria ser persuadido a reconhecer a utilidade imediata que existe em poder explicar verbalmente ao amigo onde se localiza a sua casa. Se este aluno tiver esboçado “gestos indicadores, convém levá-lo a explicar estes gestos, geograficamente, se for preciso. Talvez resulte disto a criação espontânea, na invenção de um esboço gráfico, de um primeiro mapa”.

Outros conhecimentos são prescritos para a aprendizagem da Geografia no *segundo ano*, como as vias de comunicação entre as cidades e aquelas que as ligam à Capital, como estradas de ferro e rodagens; a descrição das belezas naturais do Estado; o estudo dos fenômenos atmosféricos e sua influência sobre a lavoura local; o planeta Terra como astro e a observação sobre o Sol, a Lua e as estrelas. O desenvolvimento das noções das grandes extensões de terra que formam o relevo dos continentes e das águas (rios, lagos e mares) em conjunto, auxiliaria a compreender o que é o planeta Terra. A partir daí, com o auxílio de um pião ou de uma bola, ocorreria a explicação dos movimentos da Terra - meios intuitivos de explicar esse assunto.

Assim, diante do exposto, percebemos que os conteúdos de Geografia prescritos para serem ensinados no *segundo ano* estavam relacionados à iniciação cartográfica, destacando-se a representação da sala de aula, da escola, da cidade, do Estado do Piauí com seus limites, vias de comunicação entre as cidades como estradas de ferro e rodagens e as belezas naturais do Estado. Também previa o estudo dos fenômenos atmosféricos, da Terra como astro, sua forma, continentes, relevo, águas e os seus principais movimentos.

Para o *terceiro ano*, as prescrições destinadas ao ensino de Geografia determinavam os trabalhos cartográficos na representação do município, da *chorographia* do Estado do Piauí, destacando-se o relevo, suas formas e posição relativa, a natureza do solo, o clima, produções, acidentes físicos, etc. A aprendizagem desses conteúdos deveria se concretizar não pela memorização dos nomes dos diversos lugares e acidentes geográficos, mas por meio das representações cartográficas como no desenho do mapa do Piauí e por meio da modelagem em areia ou barro, recorrendo-se, assim, aos aspectos intuitivos e aos métodos ativos.

O programa indica a conveniência de que cada lição se concretizasse em um mapa, sem necessária perfeição de detalhes, mas para que o aluno aprendesse a traçar de memória a forma aproximada da região que estuda, nesse caso, o Piauí. Assim, dentro do esboço ficaria mais fácil localizar os rios, as cidades, as montanhas e os demais acidentes geográficos. Além disso, prescreve a idealização de viagens realizadas pelos alunos a fim de abordar ensinamentos sobre localidades nas atividades de descrição dessas viagens. Dessa maneira poderia fixar e aplicar

os ensinamentos adquiridos. Neste sentido a aprendizagem não se resumiria ao conteúdo geográfico, mas na aplicação prática desses conteúdos na vida do aluno na sua relação espacial.

Os conteúdos prescritos para o ensino de Geografia no *terceiro ano* destacavam, portanto, o estudo do município e a localização dos bairros, os distritos de paz, população e acidentes gráficos locais; os produtos naturais, comércio e indústria do município; o Estado do Piauí: limites, aspectos e clima; o litoral: portos, ilhas, pontas e faróis; montanha, rios e lagos, cachoeiras e rios notáveis (rios percorridos pelos bandeirantes); organização administrativa, superfície, população, produções, comércio e indústria do Estado e instrução pública; vias de comunicação: estradas de ferro e de rodagem, navegação fluvial e marítima; o Brasil: suas fronteiras, e sua divisão política e noções sobre o sistema planetário; fases da Lua e eclipse. Conteúdo vasto para ser trabalhado na perspectiva pedagógica prescrita para o *terceiro ano*.

A metodologia anteriormente descrita também evidencia a perspectiva de ensino “[...] pelos círculos concêntricos na qual a criança deve galgar relações que partem de uma escala micro (escola, rua, bairro, cidade), para uma escala macro (estado, país, continente, mundo), como se a realidade fosse engendrada por etapismos escalares crescentes [...]” (ALVES, 2015, p. 283). Da mesma forma ressalta Delgado de Carvalho em sua obra *Metodologia do Ensino Geográfico*, publicado em 1925. Na realidade, segundo Callai (2005, p. 230), “[...] esse procedimento constitui mais um problema do que uma solução, pois o mundo é extremamente complexo e, em sua dinamicidade, não acolhe os sujeitos em círculos que ampliam sucessivamente do mais próximo para o mais distante” (CALLAI, 2005, p. 230).

A partir daí perguntamos: Até que ponto o método intuitivo permitiria o estudo da referida abordagem considerando, além desta perspectiva, encaminhada de forma linear, a possibilidade de uma leitura dinâmica entre os demais níveis do círculo, podendo assim relacionar aspectos do espaço geográfico numa relação global? Ou seja, com esse método é possível fazer essa leitura dinâmica observando-se fenômenos que ocorrem na escala local, mas que repercutem e são semelhantes em outras partes do mundo? Essa é uma relação bastante complexa que exige dos professores de Geografia o conhecimento aprofundado da abordagem geográfica para ensinar nessa perspectiva a alunos do nível primário, em um período no qual ainda não se tinha acesso aos recursos tecnológicos e a outros veículos de comunicação.

Dessa maneira, acreditamos que a utilização da referida abordagem metodológica não esteja explícita nas indicações do programa de ensino em análise por questões relativas ao tempo histórico em que o mesmo foi produzido. Isto porque tal abordagem deve partir da realidade do aluno que chega à escola com o desejo de conhecer o mundo em que vive. Um mundo curioso que hoje é produzido na TV, na internet, nos jornais, rádio, na leitura de diversos

Signos Geográficos, Goiânia-GO, V.2, 2020.

livros infantis, os quais se apresentam cotidianamente nas relações da criança com o meio em que vive. Entretanto, na temporalidade em que esses programas de ensino foram elaborados a falta de acesso a alguns desses recursos impossibilitava ensinar considerando-se essas importantes abordagens de leitura do espaço.

Na organização curricular do 3º ano, percebemos que há uma seleção de conteúdos bastante numerosa, apresentando-se um caráter enciclopédico. Restou-nos saber se o ensino de tais conteúdos foi realmente colocado em prática para que a criança aprendesse, por meio deles, a realizar a leitura e a representação do espaço vivido pela complexidade da análise espacial e dos fenômenos geográficos. Estariam os professores capacitados para ensinar Geografia a partir dessa prescrição?

Por sua vez, no ensino de Geografia prescrito para o *quarto ano*, amplia-se a escala de abordagem espacial considerando-se um breve estudo do planeta Terra, mas considerada em seu conjunto. Esse estudo deveria ser esclarecido com o auxílio do globo geográfico e do mapa-múndi para que os alunos tivessem uma concepção da forma e da situação relativa dos continentes. No entanto, o foco deveria ser na descrição da América do Sul, continente no qual está situado o país no qual vivemos, o Brasil. Destaca-se como interessante o estudo do relevo desse continente constituído pela Cordilheira dos Andes, os sistemas fluviais, suas vastas planícies, a diversidade de seus climas, do rápido desenvolvimento de suas capitais, da localização pitoresca de algumas cidades andinas, etc. Só então partir-se-ia para o estudo da Geografia Geral do Brasil e dos fatos característicos das outras grandes partes do mundo.

Tendo em vista as prescrições metodológicas supramencionadas questionamos: Como realizar esse estudo considerando-se a necessidade de a criança aprender pelo método intuitivo que determinava a relação direta dela com o objeto do conhecimento? A resposta para essa questão é indicada no próprio programa ao recomendar o desenvolvimento possível de viagens imaginárias, dar uma noção elementar de escala que permita determinar as distâncias reais pelas distâncias apresentadas no mapa. Em vez de o professor se limitar à memorização das listas de nome, da enumeração árida dessa nomenclatura, deveria possibilitar o exercício de descrições vivas e animadas dos aspectos físicos, das curiosidades naturais, do progresso material, dos usos e costumes dos povos, etc.

Seria pertinente, da mesma forma, outra pergunta: De que maneira esse exercício poderia ser colocado em prática em um tempo em que os modernos meios tecnológicos de comunicação ainda não faziam parte do cotidiano dos alunos? Segundo orienta o programa, essa tarefa poderia ser realizada por meio das ilustrações das lições com gravuras, quadros,

fotografias e, se possível, com projeções luminosas [...], com o auxílio do globo geográfico e do mapa-múndi. Uma metodologia limitada à descrição dos elementos da paisagem natural.

Assim, conforme o programa, elencando-se os conteúdos selecionados para o ensino de Geografia no *quarto ano* tem-se: A Terra, formas e movimentos; As estações do ano; O dia e a noite; O globo e mapa mundi; Linhas, círculos e zonas; Latitude e longitude; Continente e oceanos; Comunicações marítimas e viagens aéreas; Contorno da América do Sul, localização do Brasil e dos demais países desse continente; América do Sul: aspectos geográficos importantes; O Brasil: exercícios cartográficos e noção elementar de escala; O Brasil: descrição política e condições econômicas, comparação entre as superfícies, população dos Estados, do comércio e do progresso industrial; América do Norte: breve estudo da Geografia descritiva. Situação dos países e de suas capitais; Conhecimentos gerais sobre a Europa, Ásia, África e Oceania; Sistema planetário: planetas, satélites, cometas, constelações, eclipses.

Considerando a seleção dos conteúdos anteriormente citados não conseguimos identificar nas indicações metodológicas as orientações relativas ao estudo sobre a descrição política e as condições econômicas do Brasil, sobre a comparação entre as superfícies e população dos Estados, do comércio e do progresso industrial e estudo do sistema planetário. Seria esse estudo meramente descritivo? De que forma abordar o estudo de sistema planetário, tão distante espacialmente da realidade vivida pelo aluno? De que maneira o método intuitivo resolveria esse problema?

Caso fosse aplicando o método intuitivo prescrito no programa em voga, como deveria se desenvolver o ensino desses conteúdos? Daí perguntamos: Será que as professoras do Ensino Primário seguiam realmente as prescrições do programa de ensino em análise? E se procuravam se orientar por esse programa, de que forma se apropriaram das orientações didáticas nele presente? Considerado como um dos recursos estratégicos utilizados pela gestão educacional, que *táticas* (CERTAU, 1998), foram mobilizadas por essas professoras para ensinar Geografia nos grupos escolares do Piauí?

Enfim, considerado ultrapassado sob muitos aspectos, o Programa de Ensino Primário adotado em 1928 foi substituído. Houve necessidade de elaborar um novo programa que teve a influência das orientações do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). A análise do referido programa compõe a escrita de outro texto que discute o ensino de Geografia na Escola Primária piauiense no período de 1948 a 1961, período limite do recorte temporal da nossa tese.

A seguir, procurando respostas para as questões anteriormente colocadas, discutimos como se deu a apropriação das prescrições curriculares e metodológicas empregadas no

Programas de Ensino Primário adotados nas Escolas Primárias do Piauí no ano de 1928, procurando estabelecer a relação entre as prescrições e as práticas efetivadas nessas escolas.

As finalidades reais: entre o prescrito e o praticado na aprendizagem de Geografia no Ensino Primário

Assim como Lourenço Filho, compreendemos que, em relação aos programas de ensino prescritos como referenciais curriculares e metodológicos para serem aplicados nas Escolas Primárias, é necessário ter em mente que, por mais que a administração escolar forneça ao professor o que de melhor conceba a técnica moderna, como roteiro e guia, baixando-se instruções minuciosas que tentem mecanizá-lo, na prática, caso se comporte como mestre de verdade, dedicando-se de alma e corpo ao ensino, saberá este professor “[...] iludir tudo isso, ou iludir-se a si próprio, muitas vezes, e seu programa real será sempre ele próprio, será a revelação de sua capacidade técnica” (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 81).

Utilizará esse professor *táticas* (CERTEAU, 1998) de apropriação de tais programas manifestadas como astúcias ao jogar em um terreno que lhe é imposto como estratégias utilizadas pelos administradores da educação no Estado do Piauí. De acordo com Lourenço Filho, tendo como base a sua própria experiência educacional, “Cada mestre só executa o seu programa, aquele que é a revelação de sua inteligência, de seus conhecimentos sistematizados, de seus pendores, de sua personalidade, enfim” (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 81).

Para analisarmos as relações entre o ensino prescrito, por meio da legislação educacional e do programa de ensino adotado no período investigado, e o ensino-aprendizagem de Geografia realmente praticado na Escola Primária piauiense, nos apoiamos na história oral. Isto porque entendemos que as narrativas orais possibilitam a produção de relatos históricos por meio das memórias que brotam das vivências das pessoas envolvidas nos processos investigados, possibilitando estabelecer as referidas relações e a apropriação dos conteúdos de Geografia no desenvolvimento das práticas efetivadas pelos professores do nível de ensino em referência.

Utilizamos, portanto, a História Oral Temática como abordagem metodológica ao buscarmos os testemunhos orais concedidos por quatro ex-alunos e, dentre eles uma ex-professora, que estavam inseridos no contexto da Escola Primária piauiense entre os anos de 1927 a 1961. Para tanto valemo-nos da utilização de entrevistas, a partir das quais procuramos centralizar os depoimentos orais como ponto fundamental das análises, a fim de buscarmos refletir sobre o ensino-aprendizagem de Geografia naquela escola na temporalidade delimitada para esta investigação.

A memória dos alunos se constituiu como fonte capaz de falar sobre as práticas escolares das quais eles também vivenciaram, assim como seus professores, embora de outro ponto de vista dessas práticas. Memória significativa ao apresentar a instituição escolar, os conteúdos, a materialidade envolvida no ensino, as metodologias de ensino e o próprio mundo da vida escolar na perspectiva desses atores. Especialmente, neste contexto, o ensino-aprendizagem da Geografia. Em média, entre os 75 a 90 anos de idade, esses participantes demonstraram entusiasmo ao relatarem a sua história de vida tanto como alunos quanto como professores, trazendo de volta para compartilhar conosco as lembranças do seu passado que ficariam registradas nesta pesquisa, passando desta forma a fazer-se presente na história da educação piauiense.

Além das fontes orais valorizamos também as narrativas autobiográficas de autores piauienses que vivenciaram o período educacional em análise para investigarmos, em suas obras, possíveis experiências escolares vivenciadas por eles nos grupos escolares do Piauí, dentre eles Monteiro (2015) e Leite (2007). Os escritos autobiográficos podem ser úteis na pesquisa e no estudo da História da Educação, posto que neles há possibilidade de identificarmos aspectos da cultura escolar tais como: as práticas pedagógicas com o ensino dos conteúdos curriculares, as representações dos professores e alunos quanto ao ensino e ao estudo desses conteúdos, dentre eles, quiçá, conteúdos geográficos, as representações de professores por alunos e de alunos por professores, a formação de professores, dentre outros aspectos relevantes para esse tipo de investigação.

Para Viñao-Frago (2000), as possibilidades de investigação histórica tendo as autobiografias como fontes são diversas, possuindo inúmeros objetivos como a reconstrução dos processos e modos de educação de uma geração ou grupo social numa época ou em determinado contexto; o interesse por um aspecto específico, como, por exemplo, em nosso caso, o ensino de Geografia nos grupos escolares do Piauí, entre outros aspectos que se deseja investigar.

Segundo Ricouer (2008), ao escrever sobre si mesmo, a pessoa torna-se personagem de sua própria narrativa. Escritas autobiográficas se constituem em histórias de vida narradas que geralmente expressam representações sobre determinados objetos apreendidos pelo sujeito, em determinado momento de sua trajetória de vida. Cabe ao historiador da educação, ao selecionar esse gênero como fonte de investigação, ficar atento às especificidades e particularidades semânticas, posto que, por trás dessas narrativas existe, sempre, um sujeito que escreve.

Desse modo, a partir da memória dos participantes da pesquisa e das fontes autobiográficas foi possível depreender que a forma de apropriação do currículo prescrito pelas
Signos Geográficos, Goiânia-GO, V.2, 2020.

professoras do Ensino Primário na época se deu de forma diversificada. Porém, permanecia como opção teórico-metodológica a abordagem tradicional, privilegiando-se um ensino memorístico e meramente descritivo por meio do método “catequético” de perguntas e respostas, distanciando-se do que era prescrito nos programas de ensino adotados em 1928 que preconizava a utilização do método intuitivo.

Concluimos que, na realidade, o currículo posto em ação pela maioria das professoras dos participantes da pesquisa, não desenvolveu alguns conteúdos nem algumas práticas metodológicas prescritas nos referidos documentos para o ensino de Geografia. Entretanto, havia em algumas escolas de Teresina uma prática comum que orientava para o 4º ano a utilização de imagens como gravuras, quadros e fotografias, que deveriam ser expostos em cavaletes para o ensino não só de Geografia, mas de Linguagem, História e Ciência Naturais, aproximando-se assim das orientações ligadas ao método intuitivo. Dessa maneira os alunos poderiam aprender por meio da observação das gravuras, desenvolvendo-se a pedagogia do olhar, do ver e do observar, conforme prescrevia o referido método. Quem sabe como forma de evitar a simples memorização das informações.

Até o ano de 1950 o ensino de Geografia não assumia, por si só, uma perspectiva nacionalista, como definido pela legislação educacional do período, posto que os conteúdos e o predomínio dos métodos tradicionais utilizados neste ensino, não oportunizava a compreensão dos fenômenos estudados ligados a esse fim. Portanto, não se concretizava a finalidade que era atribuída a essa matéria escolar, ligada a uma função ideológica claramente definida que visava a formação do espírito patriótico e nacionalista na educação dos pequenos estudantes piauienses. Porém, mantinha-se um ensino, geralmente, com abordagem tradicional, enfatizando a enumeração e a descrição das paisagens naturais, a localização dos fenômenos e a memorização dos conteúdos estudados. Não havia neste estudo a valorização do entendimento das relações sociais ensinando-se uma Geografia neutra, dissociada do espaço vivido pela sociedade e das relações contraditórias de produção e organização do espaço.

Essa realidade é percebida também na análise desse contexto educacional piauiense no período correspondente à segunda fase da nossa pesquisa referente ao recorte temporal 1947 a 1961 que compõe a escrita de um outro texto.

Conclusão

Como vimos, é de fundamental importância para a comunidade educativa o conhecimento do ensino de Geografia praticado nos primeiros anos da educação básica, a partir

Signos Geográficos, Goiânia-GO, V.2, 2020.

da sua historicidade, para compreender a sociogênese dos conhecimentos escolares que dão identidade a esta matéria escolar. Esse conhecimento se torna útil ao nos ajudar a perceber a dinâmica, as continuidades e descontinuidades dos conhecimentos geográficos no processo de escolarização (BITTENCOURT, 2003).

Conforme tese que elaboramos para a pesquisa em discussão, afirmamos que entre os anos de 1927 a 1961, especialmente no que compete ao recorte temporal deste texto (1927-1950), os conteúdos geográficos ensinados nos grupos escolares do Piauí assumiam uma perspectiva nacionalista, tornando-se veículo para atender aos anseios de valorização do País por meio de um ensino que enfatizava a enumeração e a descrição das riquezas naturais, a localização, bem como a memorização dos conteúdos estudados, vinculando-se dessa forma à perspectiva das práticas de ensino da Geografia Tradicional. Entretanto, concluímos que a ideologia do nacionalismo patriótico era finalidade do Ensino Primário de uma forma geral, não especificamente da Geografia como matéria escolar.

Dessa forma, até o ano de 1950, o ensino de Geografia não assumia, por si só, uma perspectiva nacionalista, posto que os conteúdos e o predomínio dos métodos tradicionais utilizados neste ensino, não oportunizavam a compreensão dos fenômenos estudados ligados a esse fim. Portanto, não se concretizava a finalidade que era atribuída a essa matéria escolar, ligada a uma função ideológica claramente definida que visava a formação do espírito patriótico e nacionalista na educação dos pequenos estudantes piauienses. Porém, mantinha-se um ensino com abordagem tradicional, enfatizando a enumeração e a descrição das paisagens naturais, a localização dos fenômenos e a memorização dos conteúdos estudados. Não havia neste estudo a valorização do entendimento das relações sociais ensinando-se uma Geografia neutra, dissociada do espaço vivido pela sociedade e das relações contraditórias de produção e organização do espaço.

É possível que a secundarização da Geografia que se manifesta atualmente nos primeiros anos da Educação Básica encontre fundamento nesta tradição que impede a valorização do ensino de Geografia como contributo à construção da cidadania. Acreditamos que um ensino de Geografia nesses moldes seria capaz de possibilitar ao educando uma leitura significativa do meio em que vive, produzindo assim o almejado desenvolvimento do nacionalismo patriótico. Entretanto, a Geografia ensinada no período que investigamos, ainda que fosse prescrita a partir dos fundamentos da pedagogia considerada moderna, não possibilitava essa formação.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, A. *E a escola primária?* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

ALVES, A. O. A Geografia nos anos iniciais: a leitura integrada da paisagem para a construção de conceitos dos conteúdos relevo-solo-rocha. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 5, n. 10, p. 277-299, jul./dez. 2015.

BITTENCOURT, C. M. F. Disciplinas Escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, M. A. T.; RANZI, S. M. F. (orgs.). *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2003.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CARVALHO, D. *Introdução metodológica aos estudos sociais*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1957.

CARVALHO, D. *Methodologia do Ensino Geographico: introdução aos estudos de Geografia Moderna*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

CERTEAU, M. D. *A invenção do cotidiano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. (v.1).

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

EVANGELISTA, A. M. et al. *Fundamentos de didática da Geografia*. Teresina: EDUFPI/UAPI, 2010.

GOODSON, I. Tornando-se uma matéria acadêmica: perspectivas de análise. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

GOODSON, I. La construcción social del curriculum: posibilidad y âmbitos de investigación de la historia del curriculum. *Revista de Educación*. n. 295(I), p. 7-37, 1991.

GOODSON, I. *A construção social do currículo*. Lisboa: Educa, 1997.

LEITE, M. L. C. *Memórias da minha terra*. Teresina: Invista Publicações e Editora, 2007.

LOURENÇO FILHO, M. B. A questão dos programas. *Escola Nova*, São Paulo, v. 1 n. 2-3, nov./dez. 1930.

MELO, A. A.; VLACH, V. R. F.; SAMPAIO, A. C. F. História da Geografia escolar brasileira: continuando a discussão. In: *Anais*. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia – M. G., 2006. p. 2683- 2694. Disponível em: http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/239AdrianyMelo_VaniaRubia.pdf. Acesso em: 3 out. 2019.

MONTEIRO, C. A. F. *Rua da Glória*. Teresina: EDUFPI, 2015. (v. 3 e 4).

PIAUÍ. *Programa do Ensino Primário*. Diretoria da Instrução Pública Teresina: Typ. do Piauí, 1927.

PIAUÍ. *Regulamento Geral da Instrução Pública*. Teresina: Imprensa Oficial, 1910.

PIAUÍ. *Decreto nº 1.438, de 31 de janeiro de 1933*. Dá nova organização à Diretoria Geral da Instrução e regulamenta o ensino público. Instituinto o regulamento geral de ensino. Teresina: imprensa Oficial, 1933.

RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. Campinas: Autores Associados. 2000.

RIBEIRO, W. M. Origens da disciplina de geografia na Europa e seu desenvolvimento no Brasil. *Rev. Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 817-834, set./dez. 2011.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp. 2008.

SOUZA, R. F. *Alicerces da pátria: escola primária e cultura escolar no estado da São Paulo (1890- 1976)*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

TONINI, I. M. *Geografia escolar: uma história sobre seus discursos pedagógicos*. 2. ed. Ijuí: Ed. Injuí. 2006.

VIÑAO-FRAGO, A. Las autobiografías, memorias y diarios como fuente histórico-educativa: tipología y usos. *Teias – Revista da Faculdade de Educação*. Rio de Janeiro, UERJ, n.1, jun. 2000

VLACH, V. R. F. *A propósito do ensino de Geografia: em questão o nacionalismo patriótico*. 1988. 206p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1988.

Maria do Socorro Pereira de Sousa Andrade

Doutora em Educação na área de História da Educação, com pesquisa na linha "Formação Docente e Prática Educativa" pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (2019). Mestre em Geografia na área "Organização do Espaço e Educação Geográfica", com pesquisa na linha "Ensino de Geografia", pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí (2015). Possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (2006). Experiência no magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e do Ensino Superior com a supervisão pedagógica em IES privada e como docente dos cursos de Pedagogia e Geografia do PARFOR-UESPI. Pesquisas em Interdisciplinaridade, Saberes Docentes e Ensino de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Atualmente desenvolve estudos na área do ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, da História da Educação com enfoque na História das Disciplinas Escolares e Docência no Ensino Superior.
Email: andradesocorro753@gmail.com

Recebido para publicação em 19 de maio de 2020.
Aprovado para publicação em 23 de junho de 2020.
Publicado em 07 de julho de 2020.